

26 MAR 1988

Ausências deixam Constituinte sem poder votar nada

BRASÍLIA — A Constituinte está vivendo sob a "ditadura dos ausentes", denunciaram, da tribuna, os deputados deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Paulo Delgado (PT-MG), aplaudidos pelos 149 parlamentares que se encontravam no plenário, ontem. Com a falta de quórum — menos de 280 presentes —, nada foi votado, o que provocou protestos e sugestões de mudança do regimento para trazer os constituintes à Brasília.

A sugestão da deputada Sandra Cavalcanti é de que o quórum para deliberação deixe de ser a maioria absoluta da Assembléia — 280 em 559 — e passe a ser a maioria absoluta dos presentes. "Se tivermos em plenário 150 parlamentares, o quórum para deliberações será de 76. É a única forma de obrigar a presença porque, sabedores que a votação ocorrerá de qualquer forma, todos estarão aqui para defender seus interesses", diz.

Paulo Delgado diz que a presença média da Constituinte é de 420 a 430 parlamentares, e cerca de 85 deputados e senadores acabam impedindo as deliberações, evitando que os temas polêmicos sejam resolvidos de acordo com a vontade da maioria. "Em apenas 15 das 300 votações o quórum foi superior a 500 parlamentares", afirma. Para Sandra Cavalcanti, a minoria dos ausentes, o bloco dos que ficam defendendo seus interesses particulares, impede o funcionamento da Constituinte: "Temos que premiar o voto de quem está sempre aqui. Os 85 parlamentares que estão sempre ausentes funcionam como uma reserva técnica do governo. Eles sempre vêm votar para defender interesses do Palácio do Planalto e contra a sociedade. É o bloco do Planaltão".

Emenda prepara país para ter eleições gerais em 94

RECIFE — O deputado Gilson Machado (PFL-PE) disse que sua intenção, ao apresentar emenda que transfere para 1989 as eleições para prefeito, é fazer com que em 1994 seja possível realizar eleições gerais em todo país, de vereador a presidente da República, todos com cinco anos de mandato. Ele admitiu que sua emenda só será viável se a Constituinte aprovar cinco anos para Sarney, mas disse que não há problema quanto a ela ser aprovada ou não pelo PMDB: "Não existem mais partidos na Constituinte, pois todo estão fragmentados", disse.



Machado

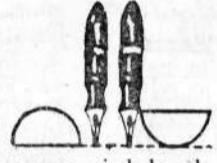
anos" e garantiu que não teria sentido fazer uma emenda diminuindo o mandato de prefeito ou de vereador, pois "ninguém aceitaria uma coisa dessas". Gilson Machado faz uma comparação: "Se fôssemos reduzir um mandato de um prefeito, de um deputado ou senador, seria o mesmo que pedir ao general Leônidas Pires para ele voltar a ser soldado ou a um médico para fazer novamente o vestibular de medicina". Por isso, explicou, "a emenda prorroga os mandatos atuais, pois somente assim será possível chegar a 1994 prontos para uma eleição geral".

Dentro do esquema planejado pelo deputado, a situação ficaria assim: em 1989, eleições para prefeito, vereador e presidente da República com mandato até 1994, em 1990, eleição para governadores, deputados e senadores, com mandato até 1994. Com isso, di

Ele acha que o país não pode continuar "com eleição todos os

Números indicam maioria difícil depois da vitória

Terminadas as comemorações, líderes governistas na Constituinte começam a se preocupar com o resultado da análise fria dos números que garantiram a vitória. Apesar do esforço gigantesco de todo o governo, ajudado pelo temor de golpe que rondava a Constituinte, o presidente Sarney não dispõe de todos os 344 votos que teve a seu favor na votação do presidencialismo. Desse total é preciso retirar os 40 votos do PDT e do PT e algo em torno de dez de um segmento da esquerda do PMDB que era contra o parlamentarismo. Assim, Sarney só teve na verdade 290 votos fiéis. No caso da duração do mandato o quadro é mais preocupante: 15 pemedebistas, pelo menos, votaram nos cinco anos voltados para o futuro, mas se alinham com os quatro anos para o atual presidente.



Feita a contabilidade, considerando a dança dos números, o deputado Expedito Machado, um dos líderes do Centro Democrático, acha que, na melhor das hipóteses, o governo pode contar com 310 votos certos na Constituinte — apenas 30 a mais que o quórum mínimo de 280 votos necessários para aprovar matérias do seu interesse. O deputado acha impossível que, nas futuras votações, repita-se o comparecimento total dos 559 constituintes. No recorde de presenças atingido na aprovação do presidencialismo está embutido o grupo silencioso, formado por parlamentares que só aparecem nas grandes ocasiões — para votar no governo.

A análise desses números mostra que há margem de votos para ganhar os cinco anos, embora não tão folgada quanto deseja o presidente Sarney. Mostra também alguns riscos, primeiro porque essa diferença pode diminuir perigosamente, caso o doutor Ulysses Guimarães penda claramente pelo encurtamento do mandato do atual presidente. Além disto, há a preocupação com votação diária da Constituinte. Não é só o mandato que ameaça o governo. Vem aí o capítulo da Ordem Econômica, que contém pelo menos uma dezena de itens explosivos, desde o monopólio da distribuição do petróleo até a reforma do solo urbano. Temas que dificilmente conseguirão mobilizar a tropa silenciosa.

Não fica nisso a dor de cabeça de Sarney. Ocorre que o próprio Centro Democrático, que agora, com o fim do Centrão, voltou a ter peso decisivo na Constituinte, hesita na hora de embarcar no bloco suprapartidário de apoio a Sarney. "Precisamos refletir muito antes de tomarmos esta decisão", alerta Expedito Machado. Os parlamentares resistem à idéia de passar um cheque em branco para um governo que terá que tomar medidas amargas na área econômica e cuja popularidade anda em baixa em todo país. A reflexão, anunciada por Expedito no momento em que o governo ainda vive momentos de glória, sinaliza que não será fácil para o presidente Sarney pôr seu bloco na rua.